



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

07/10/2018

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. JUÍZES.....	2 - 4
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	5 - 6
3.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	7
3.3. JUÍZES.....	8



djrodrigues@tj.jus.br
Fone: 065-5067
e-mail pra
Dona **B**ibi

A desembargadora Sarney manteve portaria de sua autoria, determinando a Lei Seca neste domingo, dia das eleições. Não sei não, mas dificilmente neguinho consegue respeitar tal norma.

*

Ele negou provimento a um mandado de segurança impetrado pelo Sindicato das Empresas de Turismo, que pedia a revogação da proibição. Mesmo assim, pago um doce a quem apostar comigo se neguinho não vai encher a cara antes, durante e depois do pleito.

*



**Em Brasília,
17h...**

OSMAR GOMES
JUIZ DE DIREITO

Em Brasília, 17h...

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Neste 7 de outubro o brasileiro vai às urnas para escolher seus representantes. A partir das 17h, horário de Brasília e da maior parte do país, o Brasil vai, literalmente, parar para acompanhar a apuração do resultado das eleições mais aguardadas dos últimos anos. Ao final do processo, alguns candidatos estarão festejando, outros não terão motivo para tanto, e, ainda, haverá aqueles para os quais a segunda-feira será o primeiro dia de uma acirrada disputa de segundo turno.

São dois processos eleitorais que correm em paralelo: o proporcional e o majoritário. No primeiro, dezenas de deputados – federais e estaduais, receberão as credenciais para representar o povo nas assembleias e na Câmara Federal. Já as eleições majoritárias, possibilitam ao eleitor escolher

presidente e governadores, que terão mandato de quatro anos, assim como a eleição de até dois senadores, estes últimos para os próximos oito anos.

Embora tenham críticas sobre a obrigatoriedade do voto, não resta qualquer dúvida que o dia das eleições se consolida como uma manifestação democrática, na qual os cidadãos têm o poder de escolher seus candidatos conforme suas convicções, livres de quaisquer amarras e limitações, como ocorria na primeira metade do século passado. Nossa democracia evoluiu e hoje possibilita um debate eleitoral amplo, inclusive no que tange à dita obrigatoriedade do voto.

Posições firmes fomentam debates país afora, alguns mais radicais, outros moderados, mas todos carregando o desejo e a esperança em um país melhor. Todos carregam o sentimento e soltam a voz em defesa de suas aspirações em ver um país que progrida e que leve o seu povo a reboque desse desenvolvimento. Faz uma semana, teci neste espaço alguns rabiscos sobre o “país do futuro” que não veio, mas que ainda há tempo para se colocar o primeiro tijolo dessa edificação. Não seria agora a oportunidade?

Neste domingo vamos às urnas confiantes. Para muitos, um ritual pragmático reproduzido há anos; para outros, será uma experiência nova. No clima de “Vasco x Flamengo”, tamanha a seriedade e rivalidade com que muitos encaram esse momento, entra em jogo um ritual único, como vestir roupas novas e ter um horário específico para votar. Alguns vão bem cedinho, enquanto outros chegam no “apagar das luzes”, mas cada um, a sua maneira, comparece para computar a esperança que carrega.

Embora existam algumas correntes que podem ser classificadas de radicais – o que na Europa se convencionou chamar de extrema direita – por aqui vemos que as forças ainda coexistem dentro de um salutar equilíbrio, visto que não há espaço para a manutenção de atitudes extremistas que transbordem do discurso para a prática, dada a capacidade de organização e mobilização social assegurados pela nossa democracia, com todas as suas particularidades e vicissitudes.

Os debates, mesmo os mais acalorados, são oportunos para consolidação do nosso processo democrático. A tendência é que após as eleições os ânimos voltem a se acalmar, na medida em que os embates políticos se arrefeçam. Isso é necessário, pois o Brasil precisa de unidade, os estados e municípios precisam de unidade. Sejam quais forem os eleitos, o sistema político deve permanecer o mesmo, e deverá ser conduzido dentro de um pacto republicano.

Quanto aos mais exaltados, conclamo a fazer um exame de consciência e tomar, também, a via do equilíbrio. Dentro do dito Vasco x Flamengo democrático, ganhar e perder faz parte. Naturalmente seria bom que tivéssemos uma campanha limpa, sem mentiras e ofensas a adversários, como em grande parte do continente europeu, onde a campanha difamatória aos demais candidatos é vedada. Essa linha justifica meu pensamento de que em alguns pontos nossa democracia ainda precisa avançar. Se haverá demasiada reeleição dos representantes ou renovação da maior parte das casas legislativas ou de governos estaduais é difícil prever. Mas a verdade é que qualquer que seja o resultado, ele precisa ser aceito por todos, principalmente pelos derrotados. Isso porque o resultado não reflete somente uma disputa de posições pessoais ou político-ideológicas, mas a vontade soberana da população, fator preponderante em um país que se queira democrático.

Intolerância não leva a nada, a não ser mais intolerância. Radicalismo não se combate com a mesma postura, que se utiliza das armas do próprio radicalismo como premissa para combater posições mais extremadas. Vide a África do Sul, onde o saudoso Mandela, meu ídolo incontestável, combateu as desigualdades de sua sociedade com ideias e atitudes equilibradas no sentido de se construir um país melhor para todos, sem distinção.

Convém reforçar, nunca é demais, que esta vontade soberana encontra respaldo em um sistema com altíssimo índice de confiabilidade, considerado por especialistas de vários países um dos mais seguros de todo o mundo: a nossa urna eletrônica. Como juiz eleitoral e membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão que fui por vinte anos, ousa a dizer a prova de fraude e outras tentativas que possam burlar a livre escolha do eleitor. É um mecanismo seguro e confiável!

Domingo, 07 de outubro, quando o ponteiro bater cinco da tarde, inicia-se a fase de apuração dos sufrágios. Mas o cidadão deve se lembrar, porém, que seu compromisso com a democracia não se encerra com o fim das eleições, mas apenas se inicia um novo ciclo no qual o interesse público deve ser colocado em primeiro plano. É preciso exercer, de imediato, a cidadania participativa, acompanhando e fiscalizando os eleitos e deles reivindicar as melhorias necessárias. O país do futuro continua ali, a um passo do presente que hoje nos propomos a edificar.

Justiça & Cidadania



Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Leis extravagantes

Desde a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, foram criadas, no Brasil, 5,4 milhões de normas voltadas às pessoas físicas e jurídicas.

Esse número poderia ser maior, caso não fosse muito significativo o número de leis retiradas do ordenamento brasileiro pelo Supremo Tribunal Federal, por estarem em desconformidade com a Constituição Federal. Em cada dez leis julgadas no mérito pelo STF oito são consideradas inconstitucionais no todo ou em parte.

No Brasil, são editadas, em média, por dia útil, 782 normas, num exemplo esdrúxulo do emaranhado burocrático brasileiro. Nunca o país produziu quantidade tão significativa de leis, muitas delas destinadas à lata de lixo da História por inconstitucionalidade ou irrelevância. Não é tarefa fácil decifrar e se adequar ao universo de normas no país. No total, 13 bilhões de palavras – publicadas na forma de 5,4 milhões de normas – foram escritas nos últimos 30 anos para tentar reger o país.

Cada regra traz, em média, 11,2 artigos. Assim, são mais de 2,534 milhões de artigos, 5,904 milhões de parágrafos, 18,877 milhões de incisos e 2,483 milhões de alíneas.

Somente a legislação de impostos impressa tem peso equivalente a 6,7 toneladas, o que corresponde a seis carros populares. Se for reunida em um único livro terá 43 mil páginas, cada uma com 2,4 metros de altura por 1,2 de largura. As páginas, uma ao lado da outra, somarão 93 quilômetros. A lombada terá 3,2 metros.

O excesso de leis esconde um Estado autoritário sob uma cortina de fumaça democrática, uma vez que os espaços hermenêuticos dos textos evidenciam uma longa história de autoritarismo e rigidez hierárquica.

Vivendo na parafernália legislativa brasileira, o cidadão se sente absolutamente inseguro. Este é o grande problema da nossa civilização. Como já dizia o filósofo alemão, Friedrich Nietzsche, “quando não existe segurança, a civilização se transforma em uma nova barbárie”. A quantidade de leis que surgem a todo instante – aliada à interpretações

que se alteram com frequência – implicam em menos segurança jurídica, que é cada vez mais relativizada, deixando a sociedade numa situação de instabilidade.

Falta senso de objetividade aos legisladores, que desconhecem completamente o ensinamento do historiador romano Cícero, que em contundente afirmação disse que “o mais corrupto dos Estados tem o maior número de leis”.

No Brasil, as leis surgem como remédio para todos os males. Nosso Parlamento produz regras instáveis, complexas, antagônicas, mal redigidas, dúbias, num ciclo vicioso onde a criação de uma norma sem o critério necessário exige a elaboração de outra lei para corrigir omissões e distorções.

Essa prática faz valer a expressão maior da famosa frase do político, escritor e ex-primeiro-ministro do Reino Unido, Benjamim Disraeli: “mudar, mudar sempre, a fim de que as coisas continuem sempre as mesmas”.

O mais grave é que, além da criação de 5,4 milhões de normas criadas nos 30 anos de vigência da Constituição Federal, o Brasil mantém ainda em seu ordenamento jurídico uma série de leis e códigos criados na Ditadura Militar que – valendo-se de medidas autoritárias – redefiniu regras das principais áreas da administração pública, com orientações constitucionais que regravam um Estado autoritário.

São normas que trazem nitidamente as marcas de um período de chumbo, marcado pelas restrições às liberdades. Ou seja, mesmo que a atual Constituição Federal seja a antítese da fase vivida nos anos de chumbo, ao garantir todos os direitos que haviam sido retirados pela Ditadura e acrescentar outros nunca previstos antes da sua vigência, ela não garantiu a retirada de leis instituídas num período de extrema repressão.

Outra questão muito grave é o fato de ainda termos em nosso ordenamento leis do tempo do império, a exemplo do Código Comercial que – editado em 1850 – mantém dispositivos da época de Dom Pedro II e ainda cita prerrogativas a embarcações dos “súditos do Império”

COMUNICAÇÃO

A Igreja Católica – consciente da força e do alcance da comunicação -- mantém há 84 anos um poderoso instrumento no anúncio da Boa Nova, que com o tempo se transformou na versão moderna e eficaz do púlpito. Trata-se da Rádio Vaticano que, usando a tecnologia para criar novas formas de socializar, continua abrindo horizontes à tarefa evangelizadora de construir comunhão e estabelecer relações fraternas.

DISTORÇÕES

O Brasil vive hoje uma grave crise ética e política, diante das distorções do sistema de representação popular, notadamente a irresponsabilidade dos eleitos perante os seus eleitores, com políticos usurpando a legitimidade da representação popular. Nenhum regime se sustenta em ambiente de descrédito em torno de seus agentes políticos.

RETROCESSO

Num ciclo de democratização ainda não consolidado, o Brasil passa por um grande retrocesso político com a presença cada vez mais forte do populismo que – com forte carga autoritária, empregando as dicotomias “nós versus os outros”, “tradição versus progresso”, “a nova política versus a velha política” – insiste em resolver todos os problemas com fórmulas sedutoras e inconsistentes.

FEMINICÍDIO

Após dois anos de vigência da Lei

do Femicídio – que estabelece penas mais severas para crimes motivados por questões de gênero – as estatísticas não apontam resultados concretos que indiquem redução na espiral de violência contra as mulheres. Assédio, pornografia da vingança, misoginia desenfreada, agressão doméstica, estupro, violências verbais e outros crimes continuam fazendo parte do espectro da faceta vergonhosa do gênero masculino, que insiste em impor sua falsa supremacia sobre a mulher.

IDOSO

O Brasil não respeita os idosos e ainda não entendeu que a velhice significa o próprio direito que cada ser humano tem de viver com dignidade, exercendo plenamente sua cidadania. No ano em que o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) completa 14 anos, e 23 anos após a edição da Lei de Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), a violência contra a população idosa segue silenciosa.

VIOLAÇÕES

Até hoje não se sabe exatamente o número de pessoas consideradas inimputáveis (isentas de pena), que – em razão de deficiência mental e num momento de surto psicótico – cometeram um crime. Graves violações aos direitos fundamentais são praticadas contra a população que cumpre medida de segurança no país — tratamento imposto a pessoas com transtornos mentais que cometeram crimes sem compreender o caráter ilícito do ato.

Projetos sociais

1º Juizado Criminal da Capital divulga entidades selecionadas

O 1º Juizado Especial Criminal de São Luís (Jecrim) divulgou no último dia 1º, o resultado da seleção de projetos sociais para recebimento de recursos financeiros oriundos das prestações pecuniárias, composições civis, transações penais e suspensão condicional de processo, realizados na unidade judiciária. Foram selecionadas 22 entidades situadas na Capital para o recebimento dos recursos. As inscrições foram realizadas até o último dia 10 de agosto no Juizado, no 3º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Conforme consta no edital assinado pela juíza titular do 1º Jecrim, Andréa Furtado Perlmutter Lago, a iniciativa buscou selecionar entidades para convênio e apoio às organizações que realizam ações e serviços sociais de interesse público e que atuam, prioritariamente, em comunidades vulnerabilizadas pela situação de pobreza. O objetivo também é cumprir com a finalidade pública do Juizado, quanto à destinação dos recursos oriundos das prestações pecuniárias das penas e medidas alternativas. O custo total dos projetos não ultrapassa o valor de R\$ 10 mil.

Foram selecionadas a Associação das Senhoras de Rotarianos Casa da Amizade de São Luís, com o projeto 'Movimentar Para Viver'; a Associação Comunitária e Creche das Famílias Carentes da Vila Vitória, projeto 'Ballet de Amor'; Associação Beneficente de Saúde do Bairro Sacavém – Creche Tia Júlia, pelo projeto 'Projetando Novos Caminhos'; Associação Regional das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, projeto 'Casa Lar Acolhimento Feliz'; Associação Obras Sociais Frei Antonio Sinibaldi, projeto 'Planeta Terra: Casa Comum'; Associação Beneficente das Donas de Casa da Vila Conceição, com o projeto 'Gigando Vida'; Associação Beneficente Parque Primavera – Japão, com o projeto 'Saberes Populares: Uma Viagem pela História e Cultura do Maranhão'. Também foram selecionados os projetos 'Formar Para Educar', da Associação do Clube das Mães do Turu; 'Lar do Idoso – 99 anos' do Asilo da Mendicidade; 'Horta Escolar' do Clube das Mães Santa Rita; 'Reciclando Vidas' do Centro Educacional Genir; 'Sou Amigo do Ambiente', do Centro Educacional Cuidando da

Vida; 'Melhorando o Ambiente Escolar, do Centro Comunitário da Radional e Adjacências – Creche Escola Comunitária Cantinho da Criança; 'Música Transformando Vidas', do Centro Criativo Pedagógico dos Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim América; 'Reforma de Espaço Físico: Adequando as Necessidades das Pessoas Cegas' da Escola de Cegos do Maranhão; 'Semeando o Futuro – Noções de Sustentabilidade na Escola e na Comunidade' do Grupo Comunitário Semente da Esperança. Foram selecionados ainda, o Instituto Filantrópico e Educacional Dayse Danielle, com o projeto 'Tornando a Escola um caminho mais atrativo para nossas crianças e adolescentes'; Instituto de Apoio a Mulher e a Criança, com o projeto 'Expansão de Saberes'; Instituto Sócio Educacional Jesuína-Escolar Lar Saber, com 'Mão Amiga Brinquedoteca'; Pobres Servos da Divina Providência – Centro Educacional São José Operário, com o projeto 'Brinquedoteca Centro Dia Infantil'; União de Moradores do Bairro Divinéia Olho D'água, com 'Capoeira na Área'; e União dos

Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



EM BRASÍLIA, 17h...

Neste 7 de outubro o brasileiro vai às urnas para escolher seus representantes. A partir das 17h, horário de Brasília e da maior parte do país, o Brasil vai, literalmente, parar para acompanhar a apuração do resultado das eleições mais aguardadas dos últimos anos. Ao final do processo, alguns candidatos estarão festejando, outros não terão motivo para tanto, e, ainda, haverá aqueles para os quais a segunda-feira será o primeiro dia de uma acirrada disputa de segundo turno.

São dois processos eleitorais que correm em paralelo: o proporcional e o majoritário. No primeiro, dezenas de deputados – federais e estaduais, receberão as credenciais para representar o povo nas assembleias e na Câmara Federal. Já as eleições majoritárias, possibilitam ao eleitor escolher presidente e governadores, que terão mandato de quatro anos, assim como a eleição de até dois senadores, estes últimos para os próximos oito anos.

Embora tenham críticas sobre a obrigatoriedade do voto, não resta qualquer dúvida que o dia das eleições se consolida como uma manifestação democrática, na qual os cidadãos têm o poder de escolher seus candidatos conforme suas convicções, livres de quaisquer amarras e limitações, como ocorria na primeira metade do século passado. Nossa democracia evoluiu e hoje possibilita um debate eleitoral amplo, inclusive no que tange à dita obrigatoriedade do voto.

Posições firmes fomentam debates país a fora, alguns mais radicais, outros moderados, mas todos carregando o desejo e a esperança em um país melhor. Todos carregam o sentimento e soltam a voz em defesa de suas aspirações em ver um país que progrida e que leve o seu povo a reboque desse desenvolvimento. Faz uma semana, teci neste espaço alguns rabiscos sobre o “país do futuro” que não veio, mas que ainda há tempo para se colocar o primeiro tijolo dessa edificação. Não seria agora a oportunidade?

Neste domingo vamos às urnas confiantes.

Para muitos, um ritual pragmático reproduzido há anos; para outros, será uma experiência nova. No clima de “Vasco x Flamengo”, tamanha a seriedade e rivalidade com que muitos encaram esse momento, entra em jogo um ritual único, como vestir roupas novas e ter um horário específico para votar. Alguns vão bem cedinho, enquanto outros chegam no “apagar das luzes”, mas cada um, a sua maneira, comparece para computar a esperança que carrega.

Embora existam algumas correntes que podem ser classificadas de radicais – o que na Europa se convencionou chamar de extrema direita – por aqui vemos que as forças ainda coexistem dentro de um salutar equilíbrio, visto que não há espaço para a manutenção de atitudes extremistas que transbordem do discurso para a prática, dada a capacidade de organização e mobilização social assegurados pela nossa democracia, com todas as suas particularidades e vicissitudes.

Os debates, mesmo os mais acalorados, são oportunos para consolidação do nosso processo democrático. A tendência é que após as eleições os ânimos voltem a se acalmar, na medida em que os embates políticos se arrefecem. Isso é necessário, pois o Brasil precisa de unidade, os estados e municípios precisam de unidade. Sejam quais forem os eleitos, o sistema político deve permanecer o mesmo, e deverá ser conduzido dentro de um pacto republicano. Quanto aos mais exaltados, conclamo a fazer um exame de consciência e tomar, também, a via do equilíbrio. Dentro do dito Vasco x Flamengo democrático, ganhar e perder faz parte. Naturalmente seria bom que tivéssemos uma campanha limpa, sem mentiras e ofensas a adversários, como em grande parte do continente europeu, onde a campanha difamatória aos demais candidatos é vedada. Essa linha justifica meu pensamento de que em alguns pontos nossa democracia ainda precisa avançar. Se haverá demasiada reeleição dos representantes ou renovação da maior

parte das casas legislativas ou de governos estaduais é difícil prever. Mas a verdade é que qualquer que seja o resultado, ele precisa ser aceito por todos, principalmente pelos derrotados. Isso porque o resultado não reflete somente uma disputa de posições pessoais ou político-ideológicas, mas a vontade soberana da população, fator preponderante em um país que se queira democrático.

Intolerância não leva a nada, a não ser mais intolerância. Radicalismo não se combate com a mesma postura, que se utiliza das armas do próprio radicalismo como premissa para combater posições mais extremadas. Vide a África do Sul, onde o saudoso Mandela, meu ídolo incontestável, combateu as desigualdades de sua sociedade com ideias e atitudes equilibradas no sentido de se construir um país melhor para todos, sem distinção.

Convém reforçar, nunca é demais, que esta vontade soberana encontra respaldo em um sistema com altíssimo índice de confiabilidade, considerado por especialistas de vários países um dos mais seguros de todo o mundo: a nossa urna eletrônica. Como juiz eleitoral e membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão que fui por vinte anos, ousa a dizer a prova de fraude e outras tentativas que possam burlar a livre escolha do eleitor. É um mecanismo seguro e confiável! Domingo, 07 de outubro, quando o ponteiro bater cinco da tarde, inicia-se a fase de apuração dos sufrágios. Mas o cidadão deve se lembrar, porém, que seu compromisso com a democracia não se encerra com o fim das eleições, mas apenas se inicia um novo ciclo no qual o interesse público deve ser colocado em primeiro plano. É preciso exercer, de imediato, a cidadania participativa, acompanhando e fiscalizando os eleitos e deles reivindicar as melhorias necessárias. O país do futuro continua ali, a um passo do presente que hoje nos propomos a edificar.